

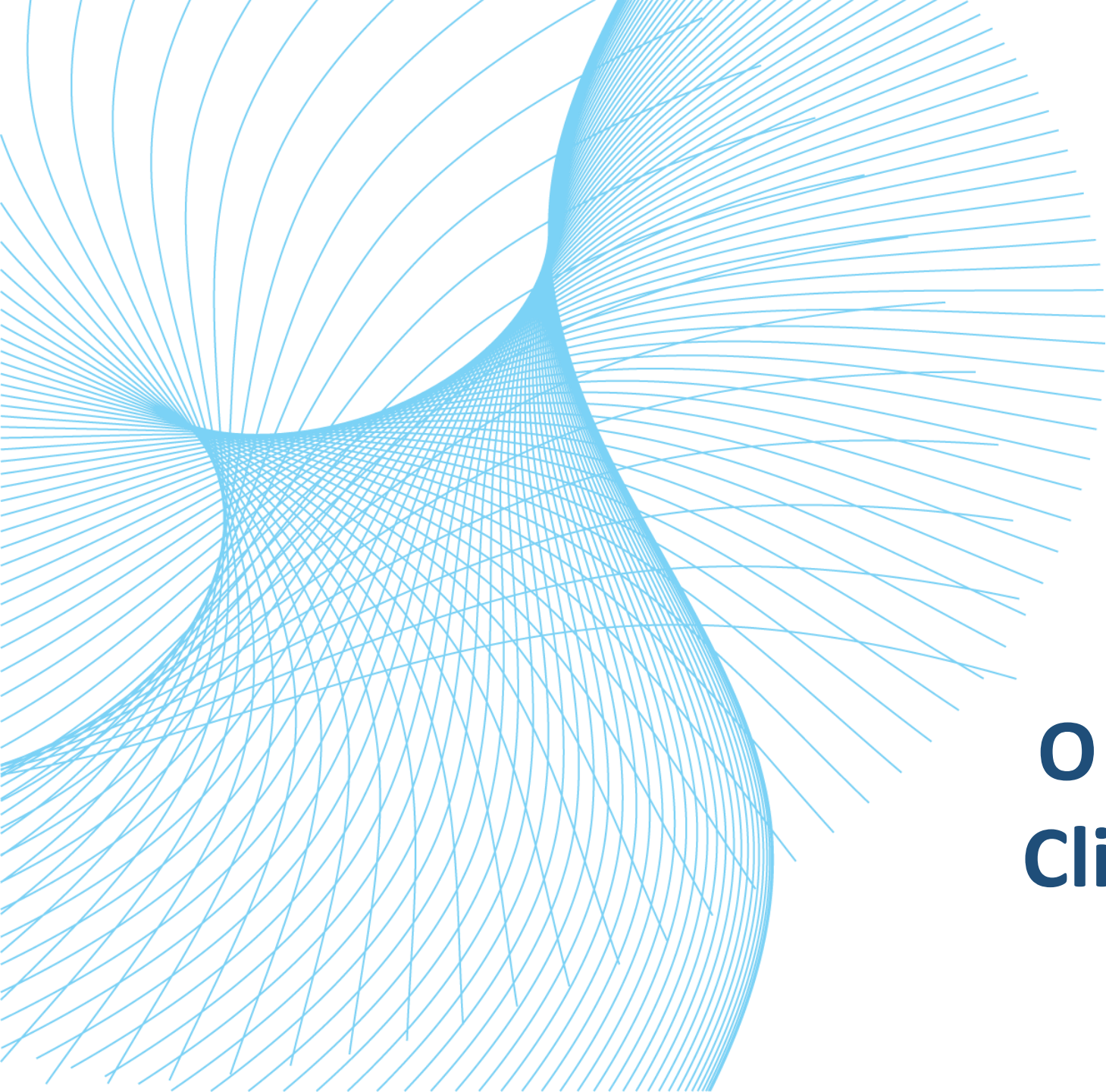
Resiliência Territorial e o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil

Seminário - Política Nacional de Recursos Hídricos: reconstruindo caminhos



Plano Nacional de
Proteção e Defesa Civil





O que são os Eventos Climáticos Extremos e seus impactos

Os eventos extremos são fenômenos climáticos e/ou meteorológicos que ocorrem em volume acentuado e fora dos níveis considerados normais. Secas prolongadas, chuvas torrenciais e ondas de calor, por exemplo, apresentavam uma ocorrência muito menor do que vemos hoje, mas a crise climática tem tornado tais eventos extremos mais severos e frequentes.



Mudanças climáticas globais intensas e os impactos sobre a saúde

As mudanças ambientais e climáticas globais, que têm se intensificado nas últimas décadas, produzem impactos sobre a saúde humana com diferentes vias e intensidades. Algumas dessas transformações atingem de forma direta a população, como a ocorrência de secas, ondas de calor, furacões, tempestades e enchentes.





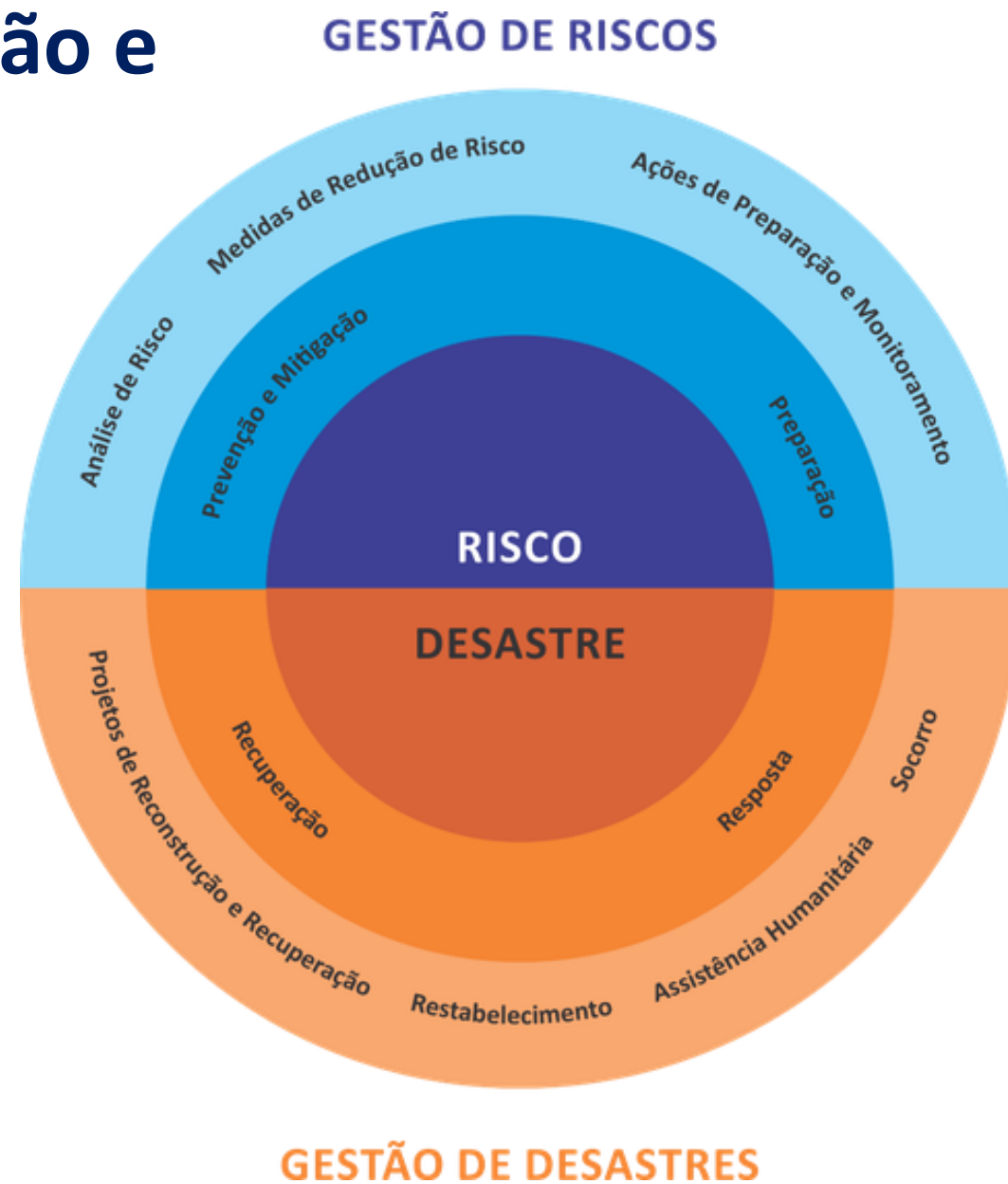
Como se organiza a Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil

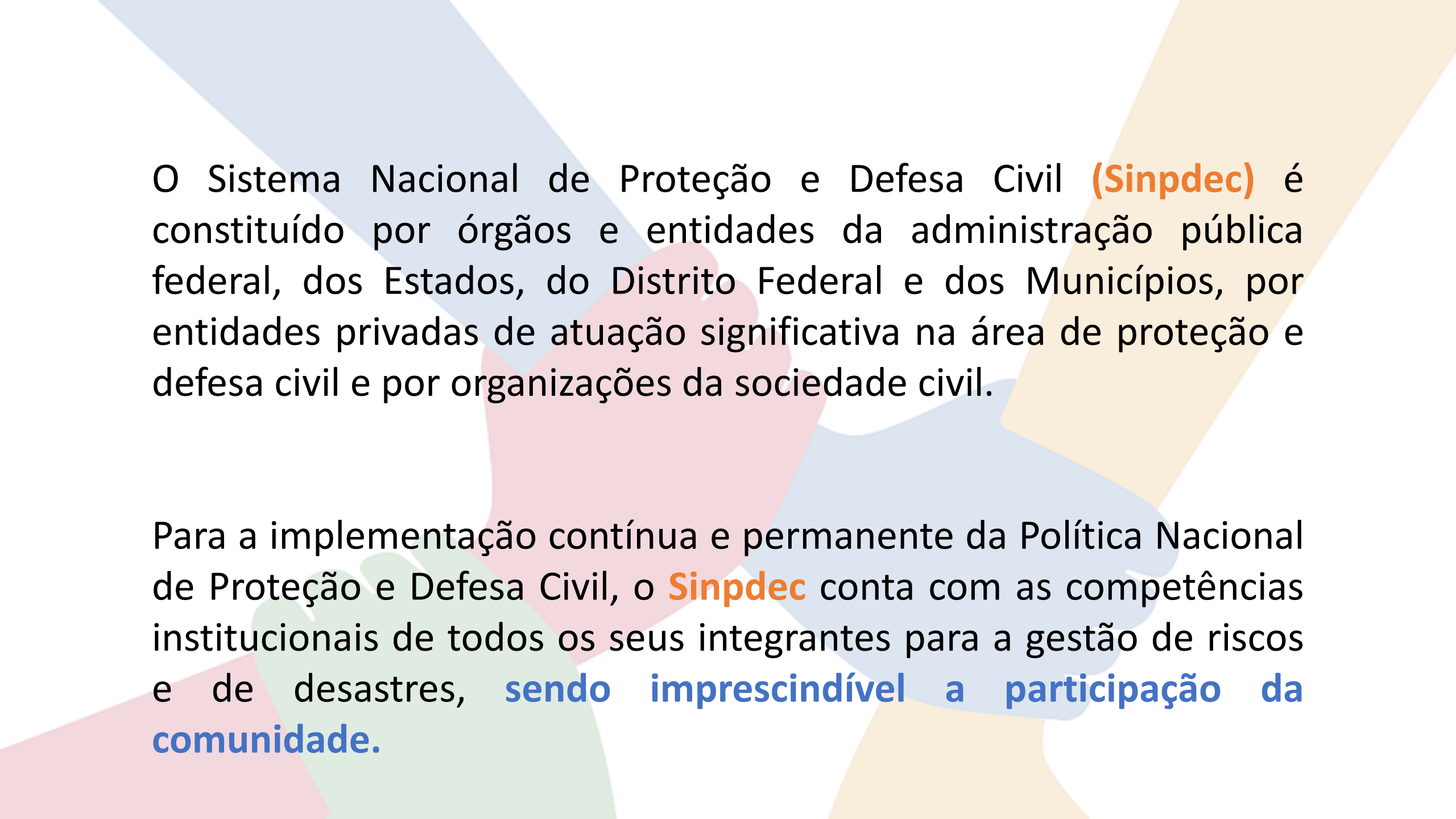
O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil

Defesa Civil é um conjunto de ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução.

São atividades realizadas permanentemente nos estados, municípios e no Distrito Federal para evitar desastres e minimizar seus efeitos.

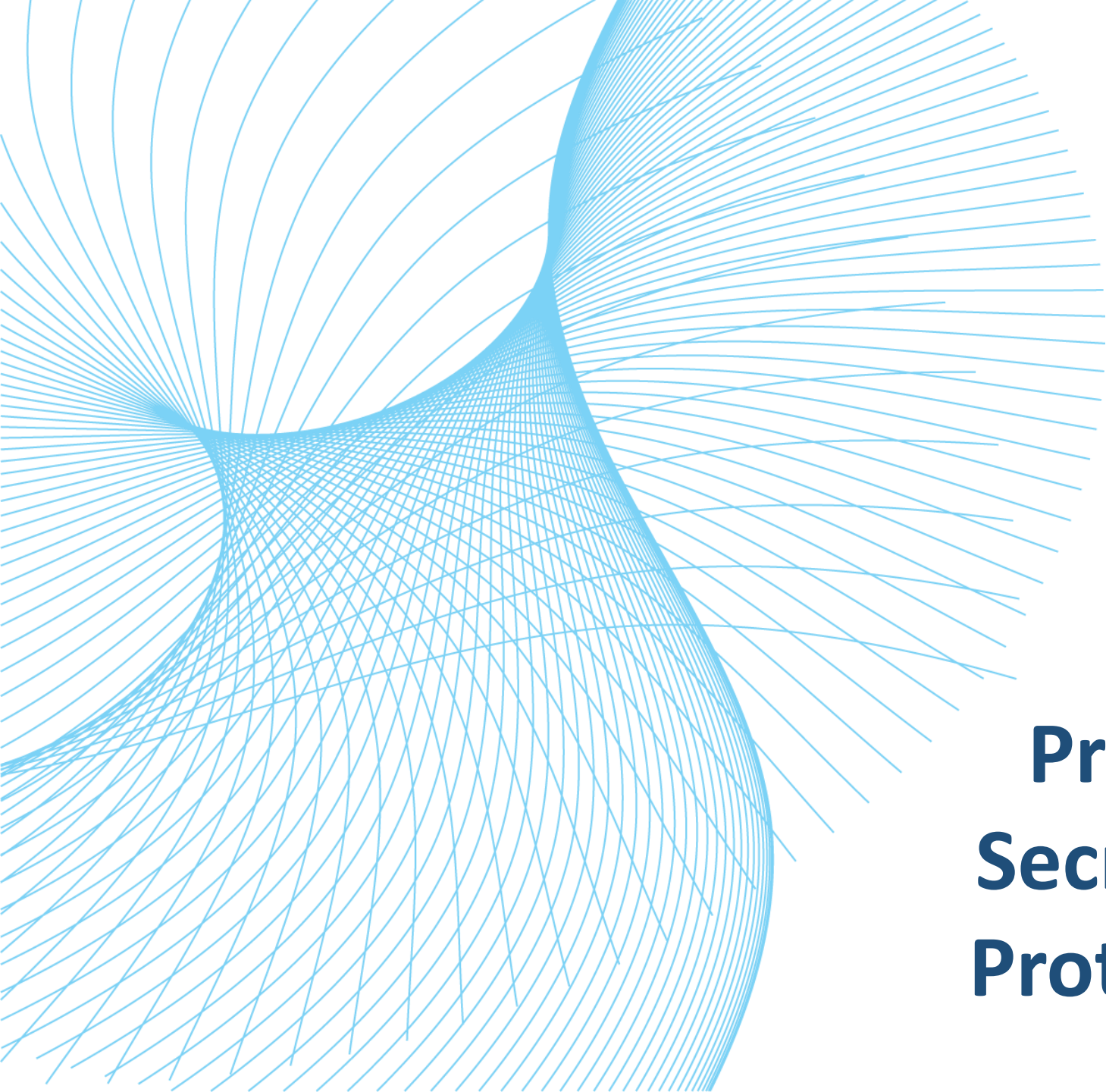
A Defesa Civil se organiza em forma de sistemas locais, em cada ente da federação.





O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (**Sinpdec**) é constituído por órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por entidades privadas de atuação significativa na área de proteção e defesa civil e por organizações da sociedade civil.

Para a implementação contínua e permanente da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, o **Sinpdec** conta com as competências institucionais de todos os seus integrantes para a gestão de riscos e de desastres, **sendo imprescindível a participação da comunidade.**



Projetos e Ações da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil

Plano de Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil



37

Cursos Disponíveis
na Escola Virtual de Governo

56.972

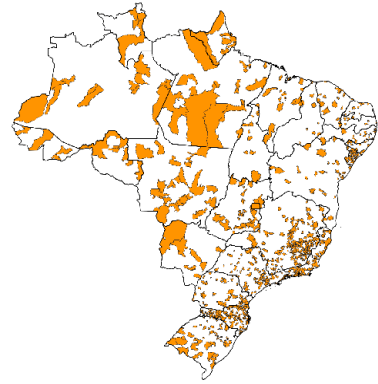
certificações emitidas

Até 31 de maio de 2024

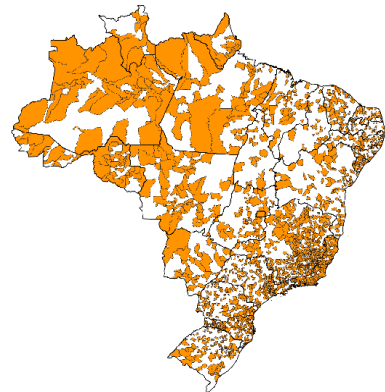




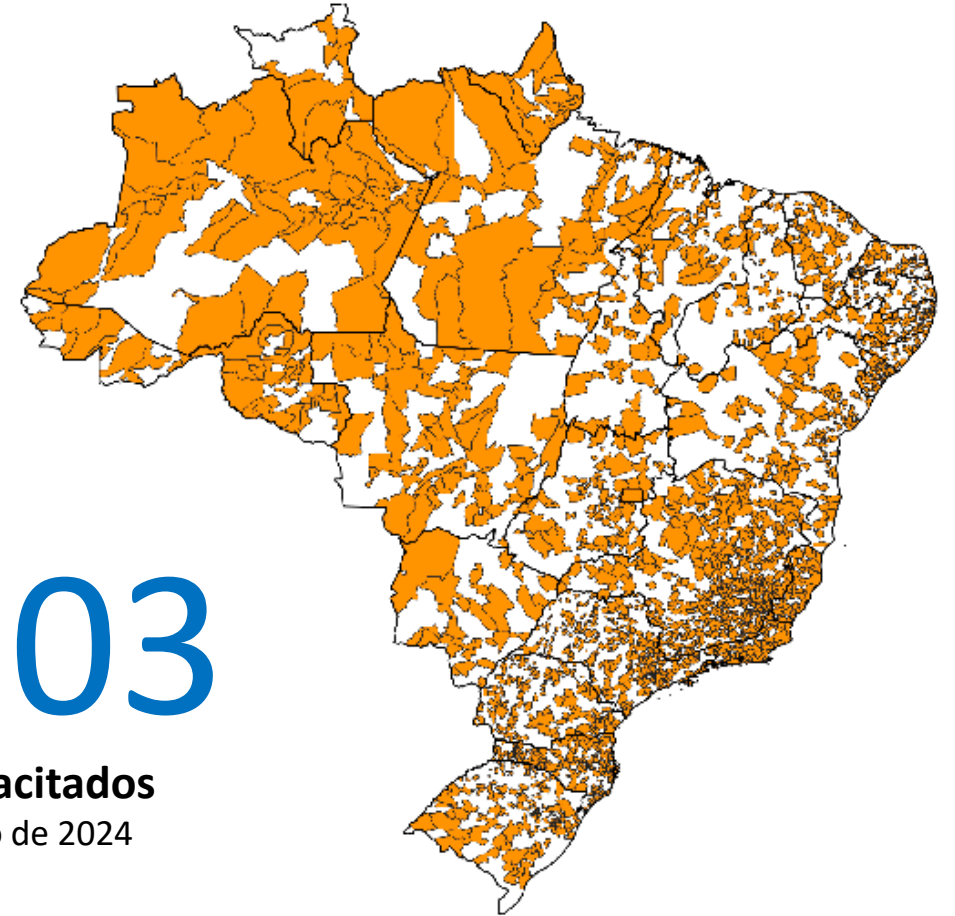
2019



2020



2021



3.203

entes capacitados

até de maio de 2024

Plano de Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil

As boas práticas são iniciativas que apresentam resultados consistentes, são de simples implementação, baixo custo, sendo replicáveis e adaptáveis a outras realidades.

1 1 1

Boas Práticas
disponíveis no portal da Sedec

1 1

Eixos temáticos
diferentes





O Projeto **Defesa Civil no Bolso** traz para o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e para a **sociedade**, 25 cartões com os principais temas em Proteção e Defesa Civil. **Informação fácil e rápida. Em qualquer lugar.**





BATE-PAPO COM A DEFESA CIVIL

PROFISSIONALIZAÇÃO DO AGENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Participe desta conversa na próxima **quinta-feira (27/04) às 14h30**

Transmissão pelo **Youtube do MIDR**

DEFESA CIVIL BRASIL | MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL | GOVERNO FEDERAL UNIAO E RECONSTRUÇÃO



BATE-PAPO COM A DEFESA CIVIL

Importância da formação dos Nupdec's

Convidadas:

- Alice Uzêda Mascarenhas Chagas**
Supervisora de Gestão Comunitária
Urbel/BH/MG
- Isabel E. Queiroz Volponi**
Diretora de Manutenção e Áreas de Risco - BH
- Keila Maria Ferreira**
Coordenadora Regional de Resiliência do ICLEI América do Sul
- Karine da Silva Lopes**
Diretora do Departamento de Articulação e Gestão da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil

Mediadora:

- Loiane Ferreira de Souza**
Assessora Técnica - Coordenação Geral de Articulação

26 de agosto de 2022 às 14h30

DEFESA CIVIL BRASIL | MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A série **Bate-papo com a Defesa Civil** é realizada uma vez por mês, com transmissão pelo canal do MIDR no YouTube e **traz assuntos relevantes para todo o Sinpdec**

Acesse o canal e participe!



S2iD

Sistema Integrado de Informações sobre Desastres



Integra diversos produtos da Sedec, com o objetivo de **qualificar e dar transparência à gestão de riscos e desastres no Brasil, por meio da informatização de processos e disponibilização de informações sistematizadas**



Atlas Digital

DE DESASTRES NO BRASIL

É uma ferramenta para análise e consulta das informações relacionadas a desastres no Brasil entre os anos de 1991 e 2023. As informações estão organizadas por estado, grupo de desastres e tipologia.





Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil

Instituições participantes da equipe técnica



Instituições conveniadas



Preparação para o Plano

- ✓ Projeto Elos
- ✓ Modelo Lógico
- ✓ Mapeamento de expectativas de especialistas e da sociedade
- ✓ Formulação de termo de referência
- ✓ Publicação de Edital
- ✓ Seleção da proposta

O Plano será um **instrumento norteador** de planejamento para implementação da **Política Nacional de Proteção e Defesa Civil**, trazendo princípios, diretrizes, objetivos, metas e indicadores

Contemplará os cinco eixos da gestão de riscos e de desastres: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação

Com programas, ações e iniciativas de redução de riscos e de desastres voltadas à proteção da população



PRODUTOS

APROVADO

PRODUTO 1

Plano de Trabalho
para a elaboração do Plano Nacional de
Proteção e Defesa Civil

APROVADO

PRODUTO 2

Identificação dos Riscos de Desastres
Cenários de Curto, Médio e Longo Prazo

APROVADO

PRODUTO 3

Princípios
e Diretrizes Estratégicas de Atuação em
Proteção e Defesa Civil

APROVADO

PRODUTO 4

Versão sintética da atuação em proteção e Defesa Civil,
contendo um resumo dos conteúdos a serem detalhados
nos Produtos 5 a 9

APROVADO

PRODUTO 5

Atuação em Prevenção,
com foco na redução de riscos e desastres

APROVADO

PRODUTO 6

Atuação em Mitigação,
com foco na gestão de riscos de desastres

APROVADO

PRODUTO 7

Atuação em Preparação,
com foco na minimização de impactos (perdas e
danos) dos desastres

APROVADO

PRODUTO 8

Atuação em Resposta,
com foco na redução dos impactos dos desastres

APROVADO

PRODUTO 9

Atuação em Recuperação,
para orientar os integrantes do Sinpdec

PRODUTO 10

Versão consolidada da proposta de
Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil

PRODUTO 11

Proposta de Instrumentos para Difusão
do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil

Produtos Entregues





PLANO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Fortalecendo a gestão de riscos e desastres no Brasil

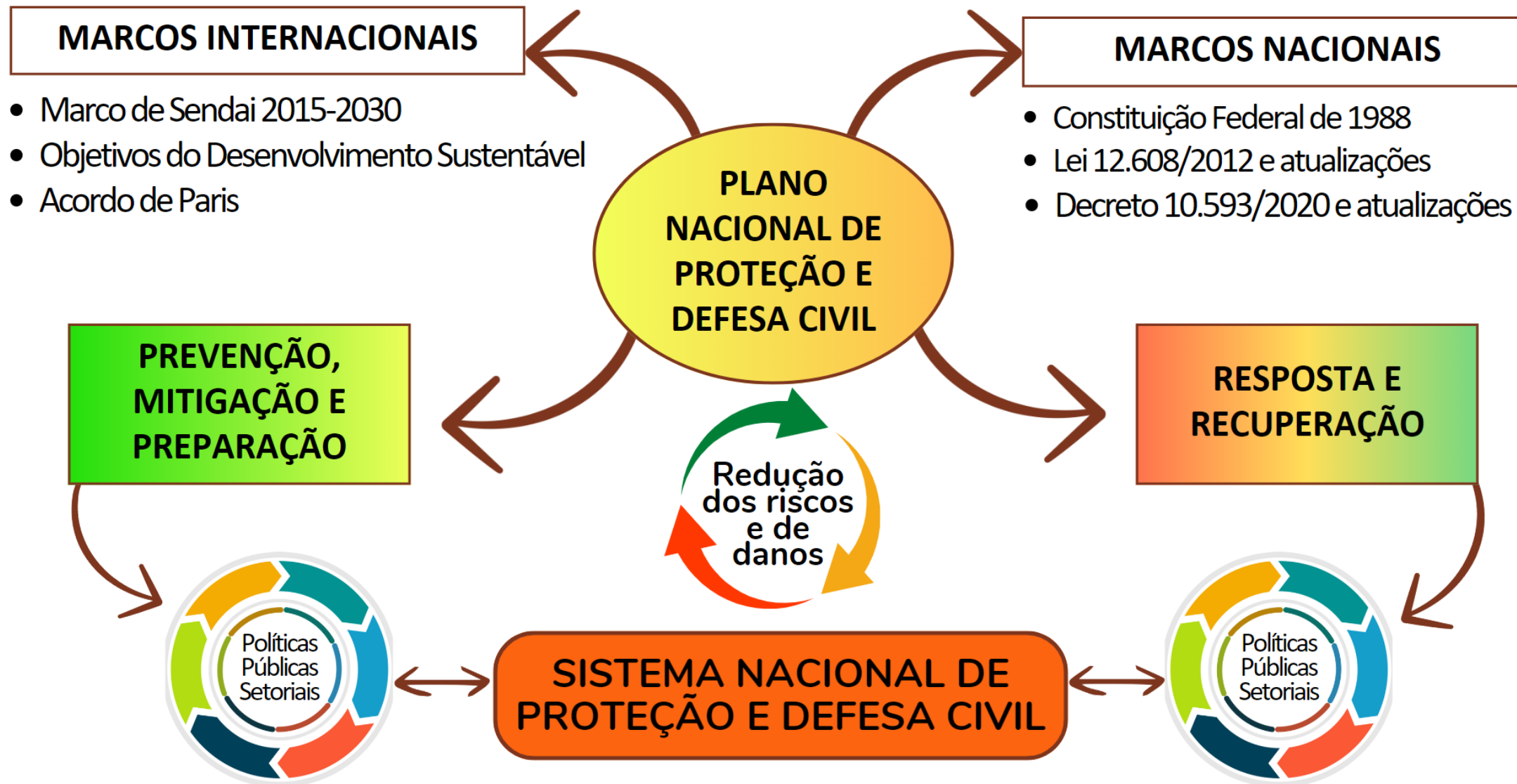
**DOCUMENTO TÉCNICO DA VERSÃO
CONSOLIDADA DA PROPOSTA DE "PLANO
NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL –
GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES"**

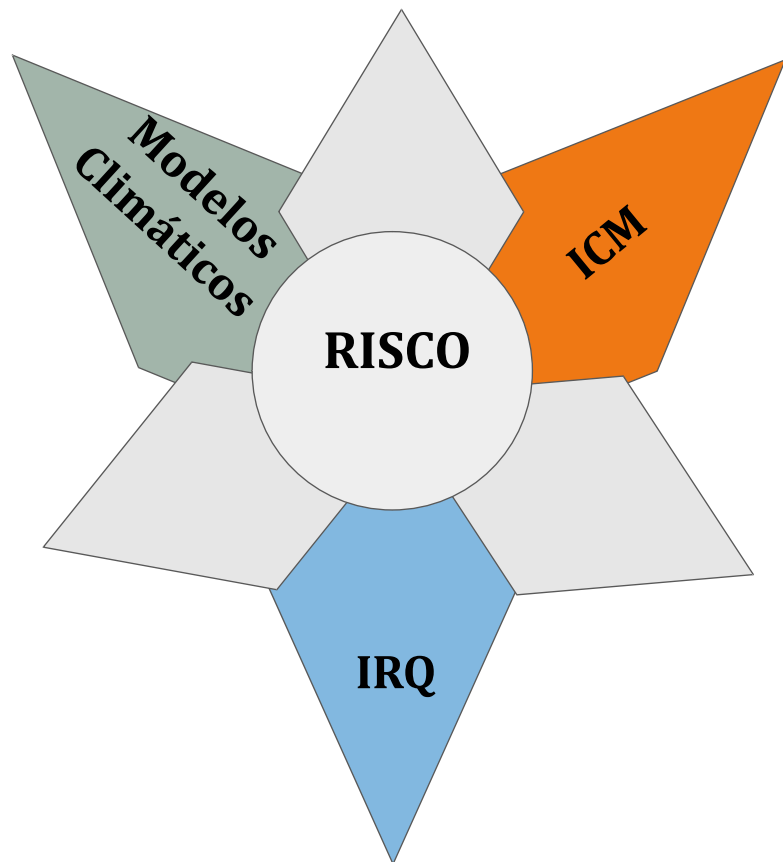
SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	11
2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	14
3. IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS E CENÁRIOS	24
4. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES	43
5. ATUAÇÃO EM PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	48
6. OBJETIVOS E METAS NO CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO	53
7. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIAS DE ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E INTERFEDERATIVA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO	83
8. ESTRUTURA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	93
9. MATRIZ DE POLÍTICAS, PROGRAMAS, AÇÕES E PROJETOS	108
10. MECANISMOS PARA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO	109
11. SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO, REVISÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO	127
12. PROPOSTA DE CONTEÚDOS MÍNIMOS PARA PLANOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	128
13. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA A ATUAÇÃO EM CADA UM DOS 5 EIXOS DE ATUAÇÃO (PRODUTOS 5 A 9)	142
14. ESTRATÉGIA E SISTEMÁTICA PARA O DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO, AO LONGO DA VIGÊNCIA DO PLANO NACIONAL	143
REFERÊNCIAS	144
GLOSSÁRIO	149

Apresentação dos capítulos/seções do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PN-PDC)

REDUÇÃO DE RISCOS E DE DESASTRES





$$CP_{2040} = IRQ \times ICM \times \text{Modelos climáticos}$$

Modelos Climáticos (PERIGO)

Prognóstico para 2040 (INPE)

ICM – Indicador de Capacidade Municipal (VULNERABILIDADE)

Instrumentos de planejamento e gestão

Coordenação intersetorial e respostas

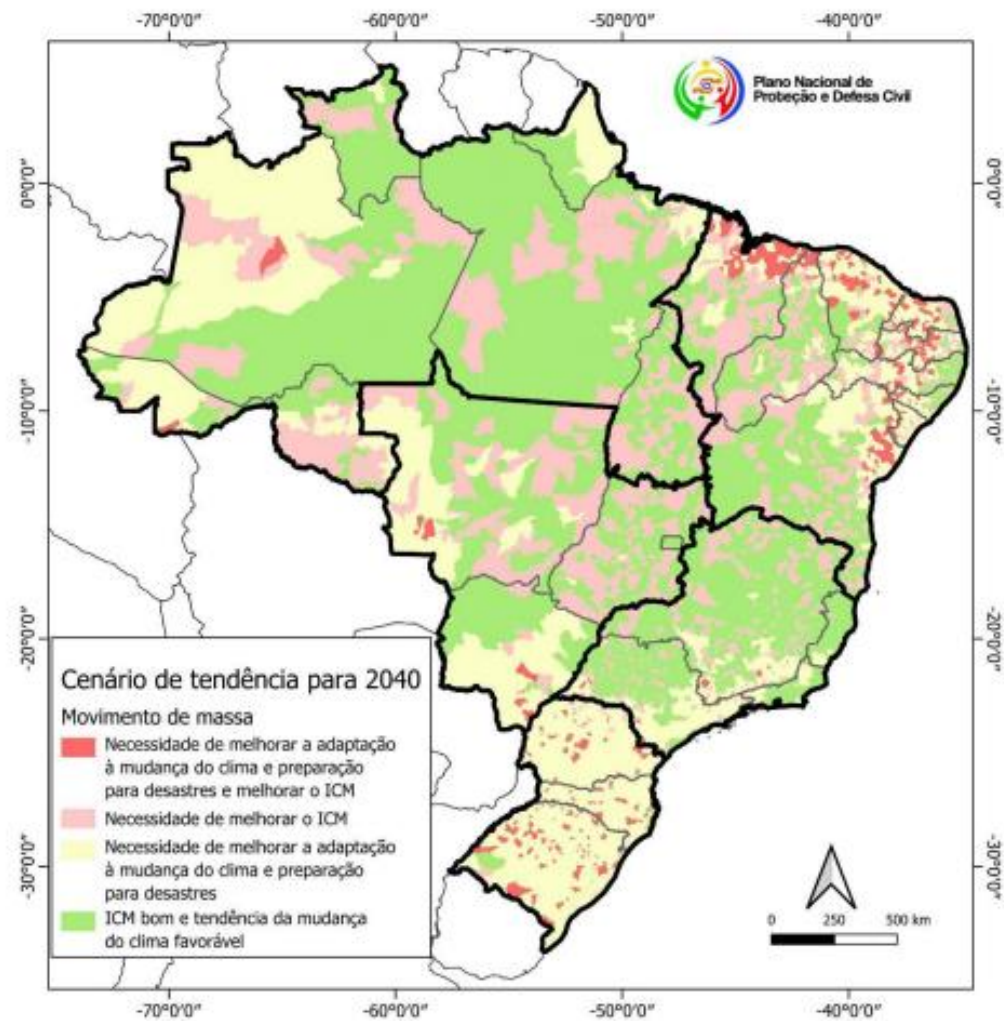
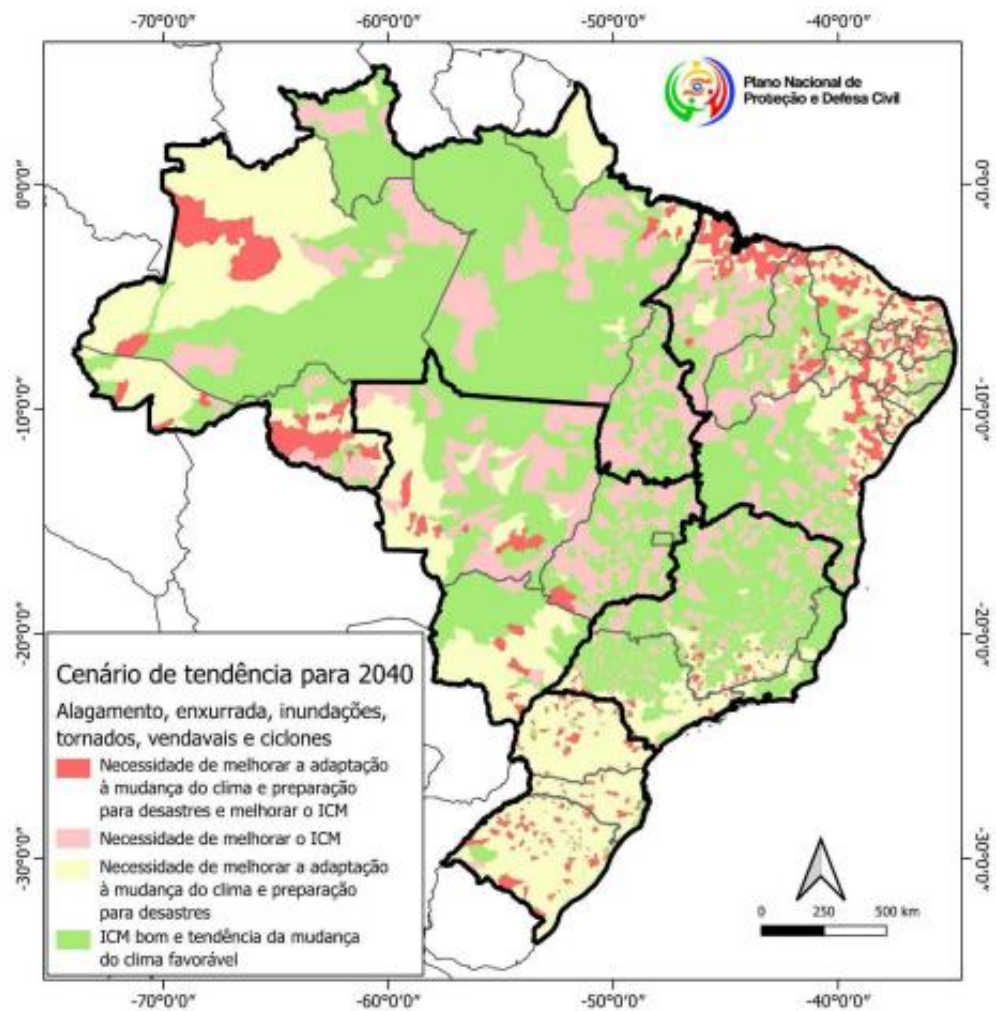
Existência de ações, programas e projetos (SEDEC)

IRQ – Índice de Risco Qualitativo (EXPOSIÇÃO)

Óbitos (6), danos humanos (3) e prejuízos (1)

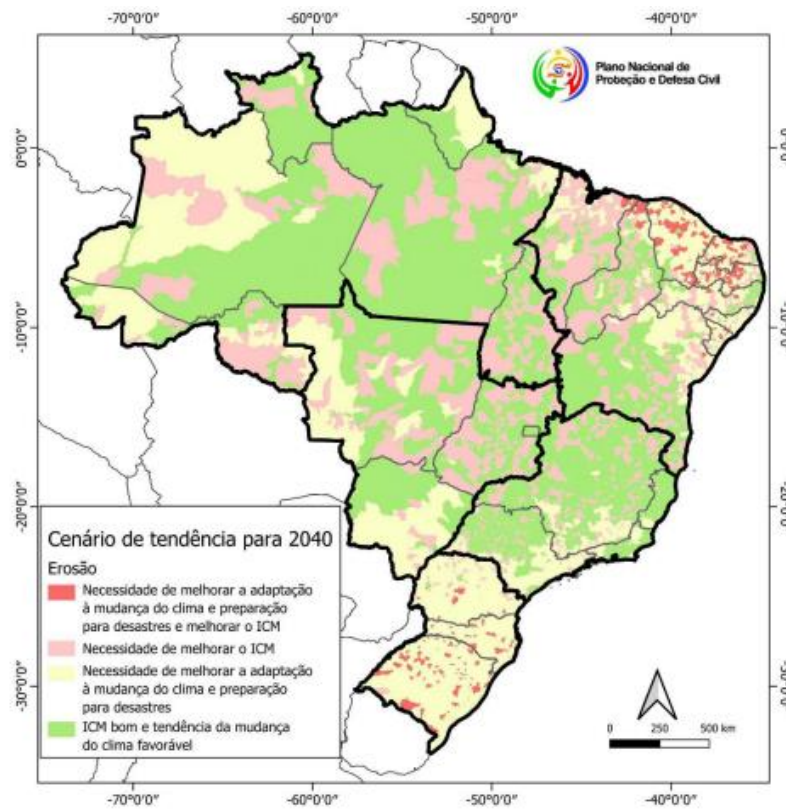
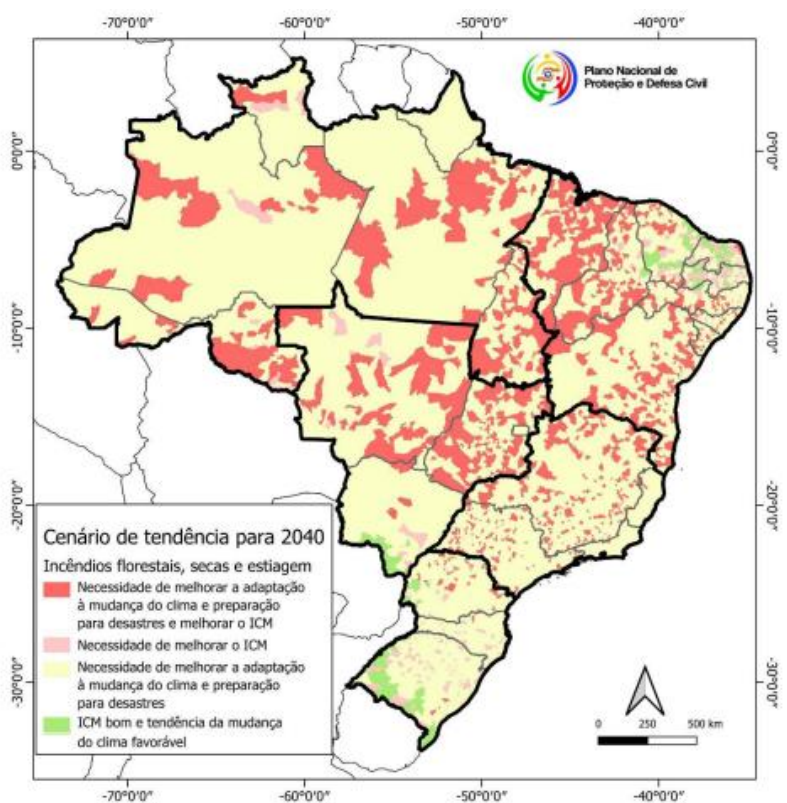
Identificação de Cenários

CENÁRIOS E TENDÊNCIAS PARA 2040



Identificação de Cenários

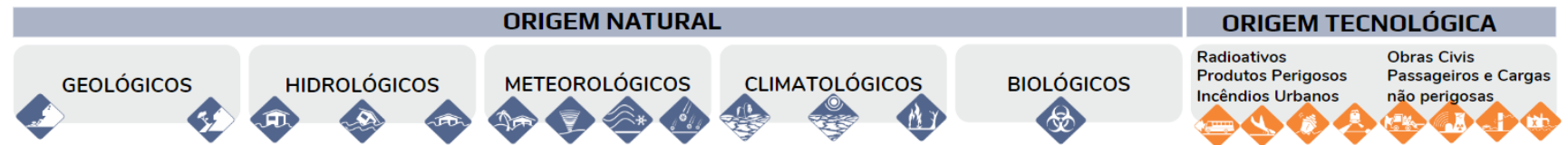
CENÁRIOS E TENDÊNCIAS PARA 2040



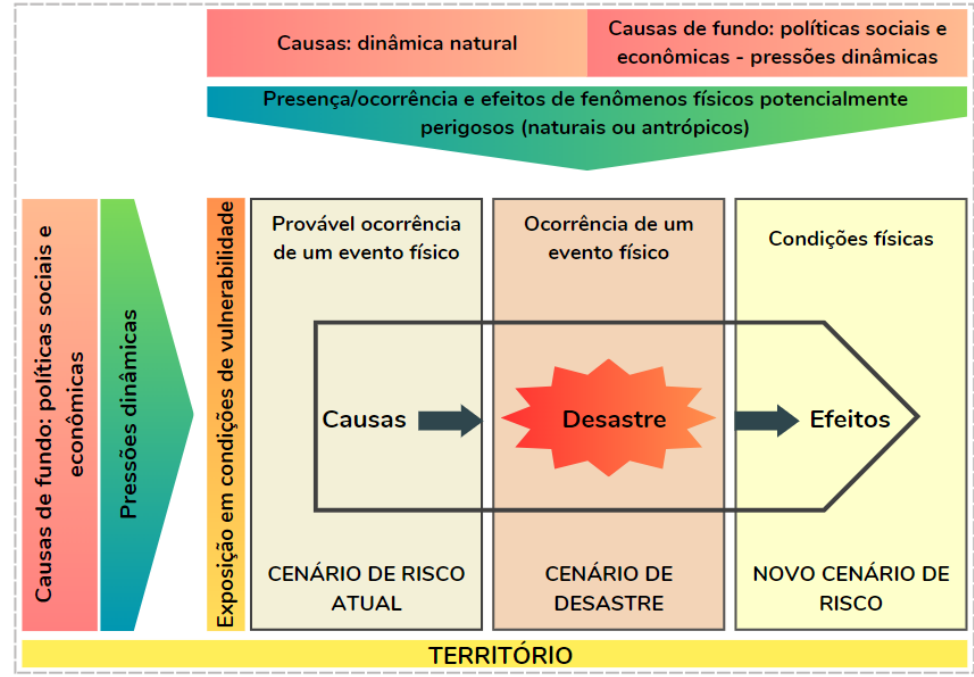
Princípios e Diretrizes

(BASE METODOLÓGICA)

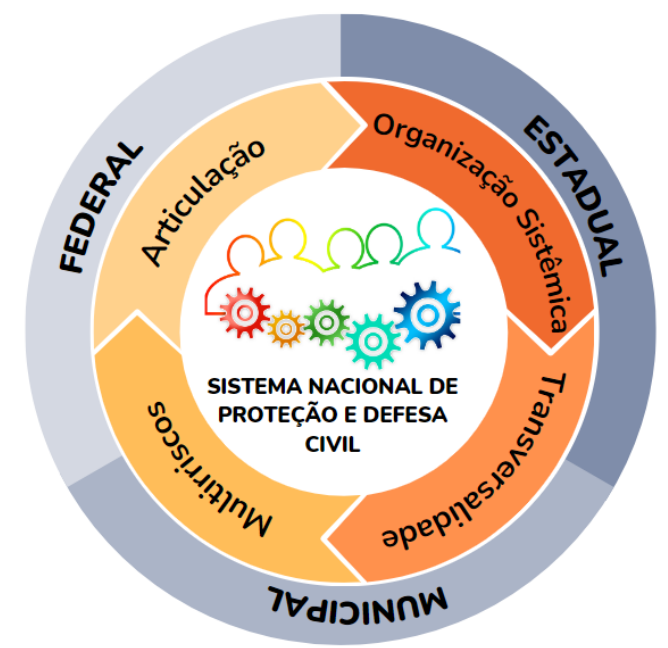
- 01 Grupo - desastres**
Grupos de desastres estabelecidos no COBRADE
- 02 Setores e políticas públicas**
- 1 Ordenamento Territorial
 - 2 Infraestrutura
 - 3 Desenvolvimento Urbano
 - 4 Saneamento
 - 5 Meio Ambiente
 - 6 Mudança do Clima
 - 7 Recursos Hídricos
 - 8 Meteorologia e Climatologia
 - 9 Geologia
 - 10 Ciência e Tecnologia
 - 11 Educação
 - 12 Saúde
 - 13 Assistência Social
 - 14 Gênero
 - 15 Habitação
 - 16 Trabalho e Emprego
 - 17 Justiça e Segurança Pública
 - 18 Direitos Humanos
 - 19 Comunicação
 - 20 Outras...



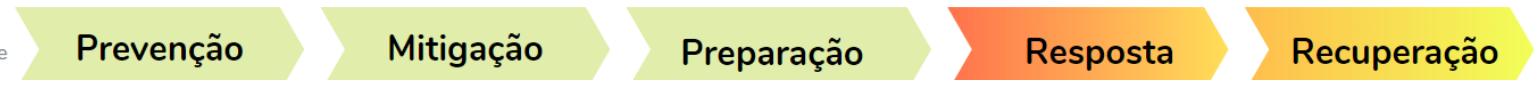
04 Cenários de Risco
Fatores condicionantes e determinantes



06 Atores e responsabilidades
Responsabilidades comuns na gestão do risco e de desastres, porém diferenciadas



- 05 Processos-chave**
Processos-chave para intervenção no risco de desastres
1. Gerar conhecimento
 2. Prevenir risco futuro
 3. Reduzir risco existente
 4. Preparar a resposta
 5. Responder e reabilitar
 6. Recuperar e reconstruir



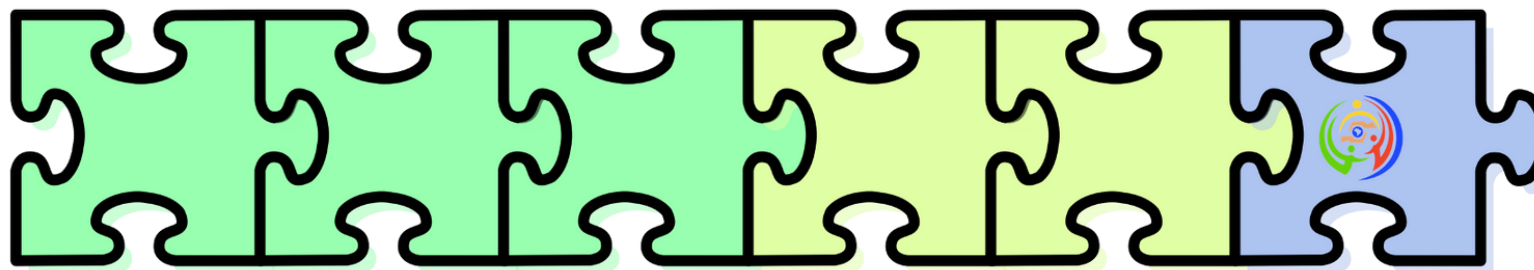
03 Eixos de atuação
Eixos de atuação na Gestão do Risco e Gestão de Desastres

Princípios e Diretrizes

Decreto Nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020:

- I. Compreensão e identificação dos riscos de desastres;
- II. Fortalecimento da governança com vistas ao gerenciamento de riscos e de desastres;
- III. Investimento na redução de riscos de desastres e fortalecimento da cultura de resiliência;
- IV. Estímulo à expansão da participação de organizações da sociedade civil.

As diretrizes do Plano Nacional expressam as linhas de ação a serem seguidas e orientam a formulação das políticas públicas que serão concretizadas por meio de **23 objetivos - definidos e revisados com os atores estratégicos envolvidos na elaboração do Plano Nacional**. Os objetivos visam definir, de forma concreta, os propósitos que se pretendem alcançar com o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil.




A definição das **9 diretrizes** propostas para o Plano Nacional foi realizada através um amplo processo participativo, considerando: diretrizes apresentadas no Produto 3, os resultados dos encontros virtuais, presenciais e interministeriais, reuniões técnicas (diferentes atores estratégicos) e o *benchmarking* de planos nacionais e internacionais.

As metas e indicadores são passos específicos e mensuráveis que contribuem para alcançar os objetivos estabelecidos. Envolvem, portanto, diferentes órgãos por meio de diferentes ações:

- **Reuniões técnicas**
- **Planilha Eletrônica**
- **Refinamento e unificação de metas (evitar sobreposição)**
- **Workshop (Maio 2024)**
- **Publicação das Metas e Indicadores**

ESTAMOS AQUI

- 
- Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil
 - Decreto
 - Relatórios de acompanhamento
 - Revisão temporal
 - Divulgação e capacitação

Princípios e Diretrizes

Conhecimento dos Riscos e dos Desastres

Compreensão dos fatores de riscos através da geração de conhecimento, para fortalecer o planejamento e execução das ações de proteção e defesa civil.

Gestão de Riscos

Adoção de esforços sistemáticos voltados aos componentes de perigo, exposição e vulnerabilidade, visando a redução de riscos de desastres, bem como evitar a instalação de novos riscos.

Gestão de Desastres

Fortalecimento da gestão de atuação em desastres, com foco em um conjunto de ações e conhecimentos específicos para melhoria do planejamento e execução de medidas para lidar com os efeitos de um desastre, com ênfase nos preceitos de reconstruir melhor e na implantação de infraestrutura resiliente.

Fortalecimento de Órgão de Proteção e Defesa Civil

Fortalecimento de órgãos de Proteção e Defesa Civil por meio do seu empoderamento institucional, da criação da carreira dedicada, da estruturação e profissionalização, a fim de garantir a atuação continuada, institucionalizada, padronizada e qualificada na gestão de riscos e de desastres.

Cultura, Capacitação e Qualificação

Compreensão dos fatores de riscos através da geração de conhecimento, para fortalecer o planejamento e execução das ações de proteção e defesa civil.

Atuação Interfederativa e intersetorial, transversal e articulada

Ampliação da atuação interfederativa e intersetorial, transversal, articulada e sistêmica nas ações de proteção e defesa civil por meio da incorporação da agenda de gestão de riscos e de desastres nos planos estratégicos das políticas setoriais alcançadas pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, incluindo iniciativas para fortalecer a capacidade de adaptação à mudança do clima.

Gestão Financeira e Orçamentária

Aperfeiçoamento da gestão financeira e orçamentária com foco no planejamento e na priorização de recursos, visando assegurar a implementação, execução e continuidade da agenda de gestão de riscos e de desastres pelas políticas setoriais alcançadas pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Participação da Sociedade Civil

Ampliação da participação da sociedade civil na gestão de riscos e de desastres para aperfeiçoar a percepção de risco e favorecer a construção da cultura de resiliência na sociedade.

Gestão da Informação e Comunicação

Estruturação e implementação de mecanismos de gestão da informação e comunicação para coleta, organização, armazenamento, análise, disseminação e uso da informação de maneira continuada.

Objetivos e Metas no Curto, Médio e Longo Prazo

DIRETRIZ:

Adoção de esforços sistemáticos voltados aos componentes de perigo, exposição e vulnerabilidade, visando a redução de riscos de desastres, bem como evitar a instalação de novos riscos.

Objetivo 2.1

Reduzir os riscos (perigo, exposição e vulnerabilidade) atuais nas dimensões da sustentabilidade (social, ambiental e econômica).

ID	META	LINHA BASE	2026	2030	2034	INDICADOR	FONTE DE DADOS	RESPONSÁVEL
2.1.1	Promover a ocupação ordenada do solo e a realocação de pessoas e famílias em áreas de risco, com prioridade em áreas seguras e com saneamento básico.		X	X	X	Diretrizes nacionais revisadas, publicadas e amplamente divulgadas, com acompanhamento das ações e resultados		Sedec
2.2.2	Criação de plataforma nacional de registro de atualização de Planos de Contingência de Desastres pelo Sinpdec ou incorporação ao		X	X	X	Plataforma implementada e com a incorporação dos Plancons		Sedec
2.1.2	Apoio a execução de obras de contenção de encostas (Novo PAC).	38	148	225	300	Municípios apoiados com obras de contenção de encostas em execução	site MCID e das prefeituras, Caixa Econômica Federal	SNP
2.2.3	Ampliar a capacidade produtiva de 100 mil famílias rurais de baixa renda por meio da implementação de tecnologias sociais de acesso à água, incluindo sistemas de 52 mil litros, barragens subterrâneas, sistemas de reuso e barreiros, assistência técnica e	-	20000	50000	100000	Quantidade de famílias beneficiadas	SESAN/MDS	MDS
2.1.3	Selecionar Projetos e Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas para 52	-	156	208	0	Quantidade de projetos selecionados	PPA	CGPAT/MC
2.2.4	Ampliar o acesso à água para população rural de baixa renda por meio de tecnologias e equipamentos adaptados ao contexto social, econômico e ambiental dos	-	200000	500000	993000	Quantidade de famílias beneficiadas	SESAN/MDS	MDS

Estrutura de Governança e Estratégias de Articulação Intersectorial e Interfederativa para Implementação do Plano

Fundamentos para estratégias de governança na gestão de riscos e de desastres

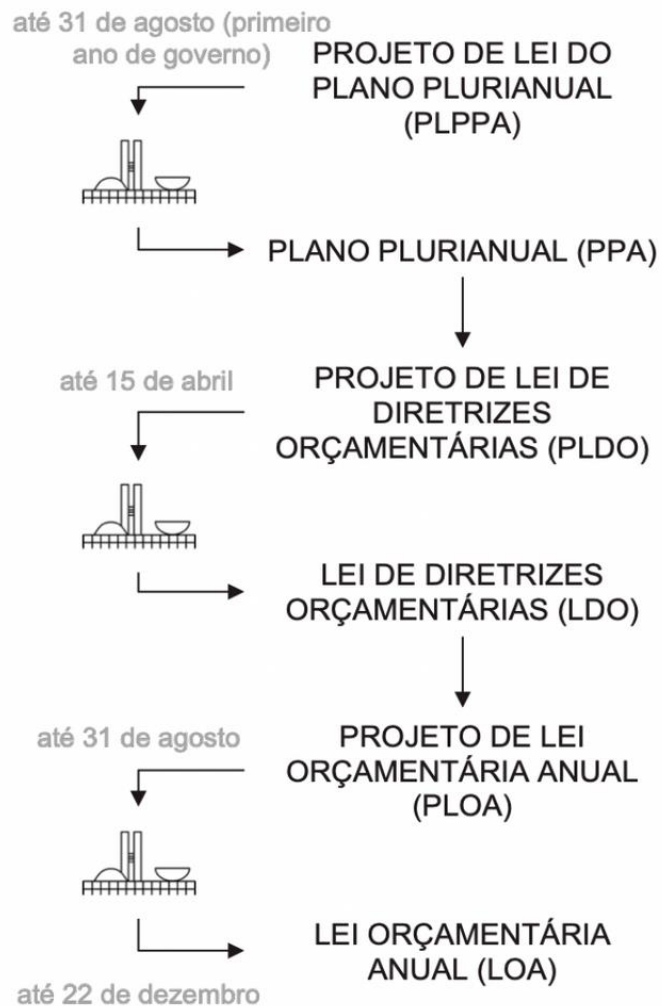


- **Coordenação:** Sedec/MIDR
- **Parcerias:** Atores estratégicos

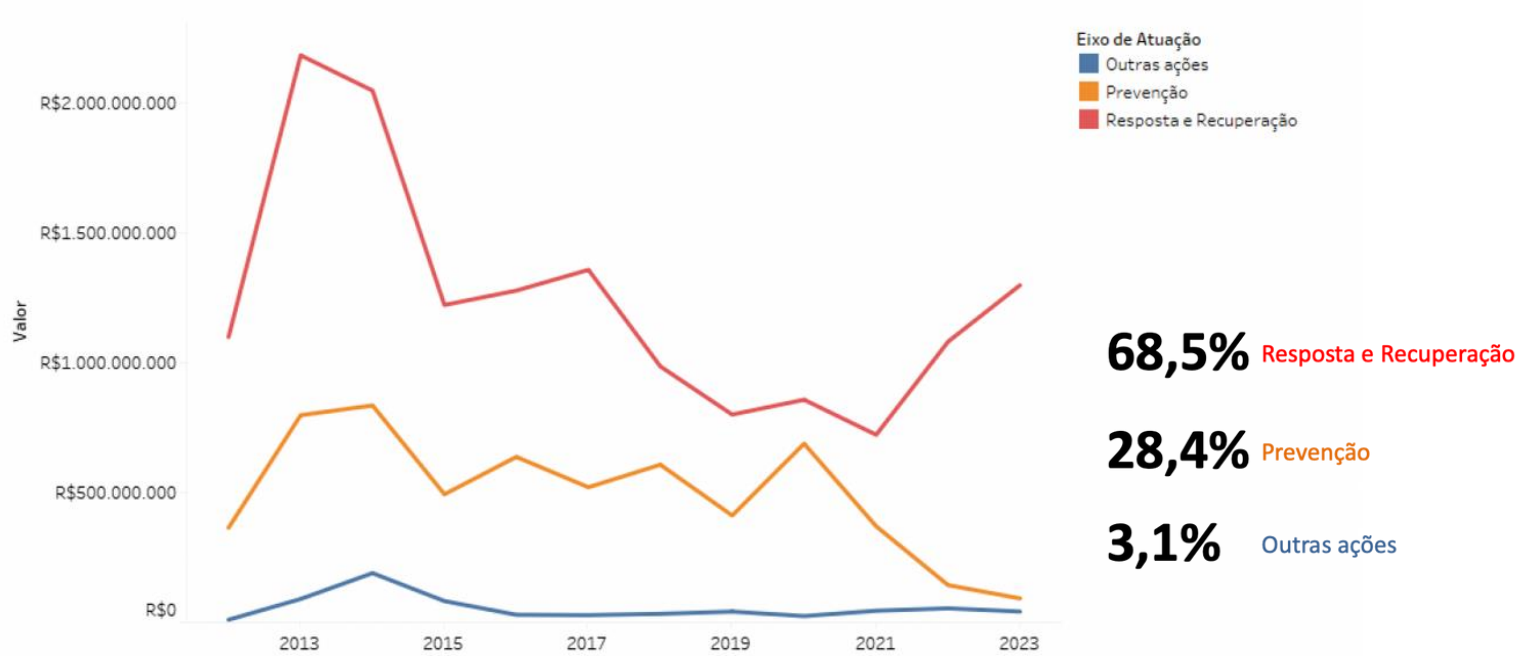
Estrutura de Recursos Orçamentários e Financeiros

Instrumentos Orçamentários

Figura 4. Relação entre o PPA, LDO e LOA



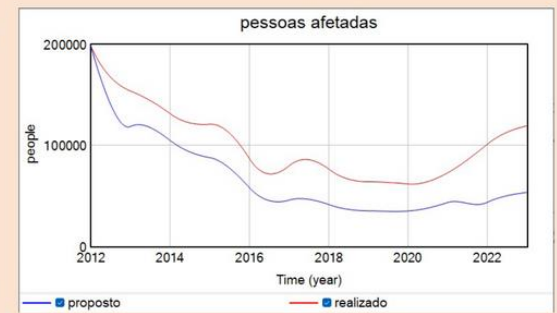
Análise Histórica dos Recursos Financeiros



Estrutura de Recursos Orçamentários e Financeiros

Considerando o investimento pré desastre constante desde 2012, a simulação resulta em uma redução de 44,8% no número de pessoas afetadas pelo grupo de desastres em análise.

Na Figura observa-se a comparação entre os investimentos realizados e o número de pessoas afetadas, em comparação com o cenário proposto.



- Investimento em Prevenção, Mitigação e Preparação

Investimentos nos eixos pré e pós desastre sejam proporcionais



- Fundos Internacionais

Recursos de agências de financiamento externas podem ser empregados para atividades de gestão de riscos e de desastres



- Seguro contra desastres

Benefícios: proteção financeira, estímulo econômico, incentivo para preparação, gestão de riscos e justiça social

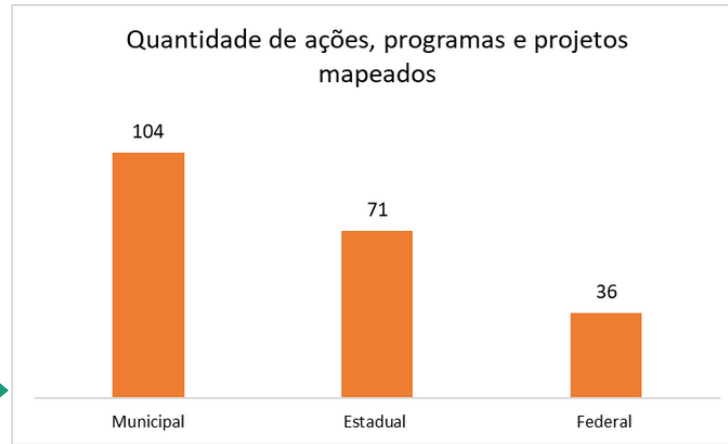
Matriz de Políticas, Programas, Ações e Projetos

673

RESPOSTAS

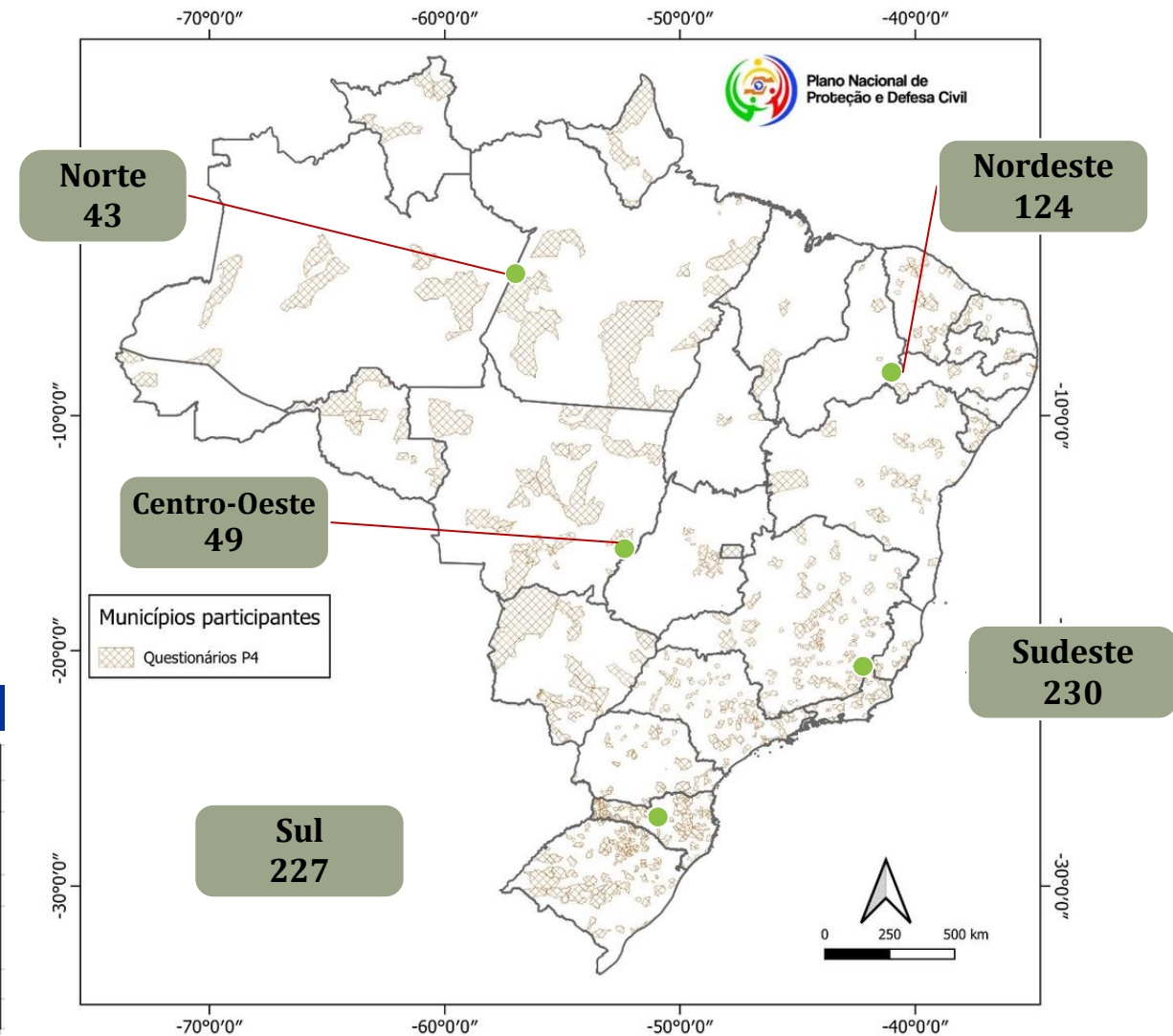
211

AÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS



EXEMPLOS

ESFERA	AÇÃO/PROGRAMA/PROJETO	REFERÊNCIA
Municipal	Identificar e mapear áreas de risco de desastre	Lei 12.608/12; modelo lógico
Municipal	Realizar simulados em áreas de risco	Plano de Contingência da Assistência Social SC
Estadual	Apoiar Municípios no levantamento de áreas de risco	Lei 12.608/12; modelo lógico
Estadual	Consolidar e expandir áreas legalmente protegidas	Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) - Lei Federal 6.938/81
Federal	Instituir e implementar programas de Proteção e Defesa Civil nas escolas	Caderno GIRD
Federal	Formular e executar políticas de gestão de riscos e de desastres	EDITAL





Princípios

- I - compreensão e identificação dos riscos de desastres;
- II - fortalecimento da governança com vistas ao gerenciamento de riscos e de desastres;
- III - investimento na redução de riscos de desastres e fortalecimento da cultura de resiliência; e
- IV - estímulo à expansão da participação de organizações da sociedade civil.

Mecanismos para Participação Social na Implementação do Plano

10. MECANISMOS PARA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO



Para justificar a presente proposição de mecanismos de participação social voltados à implementação do primeiro Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, faz-se necessário contextualizar o papel que as ações e iniciativas do processo participativo exerceram ao longo da elaboração do Plano Nacional. Os resultados desse processo trouxeram pistas importantes para a identificação dos mecanismos propostos, visando a efetividade do Plano.

O projeto de elaboração do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil contemplou uma série de ações e iniciativas para promover, engajar e garantir a participação dos diversos atores sociais em todas as etapas de construção desse instrumento, que nasce como um dos mais importantes marcos da gestão de riscos e de desastres no Brasil.

Ao longo desse processo, esses atores sociais representaram os segmentos que compõem o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sisndec), como as defesas civis, nacional, distrital, estaduais e municipais, órgãos governamentais, a sociedade civil organizada, os movimentos sociais, os Núcleos Comunitários de Proteção e De-

Documento técnico de suporte consultivo da proposta de Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil - Gestão de Riscos de Desastres
Produto 10 - Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil

109

TIPOS DE PARTICIPAÇÃO

- Participação informativa
- Participação por fornecimento de dados
- Participação consultiva simples
- Participação consultiva obrigatória
- Participação propositiva

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

- Mídias sociais (portal do Plano)
- Questionários
- Entrevistas semiestruturadas
- Reuniões e encontros técnicos
- Encontros virtuais
- Workshops presenciais
- Devolutivas
- Validações

Mecanismos para Participação Social na Implementação do Plano

TOTAL

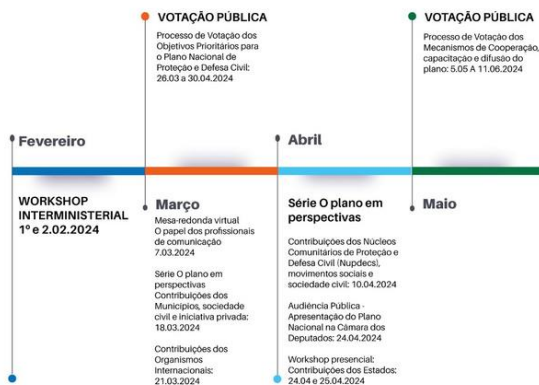
- Número de **participantes: 3.882**
- **Municípios: 1183**

Imagens 1 e 2: Linha do tempo do processo participativo - 2023 e 2024

Linha do tempo 2023



Linha do tempo 2024



Mapa 1: Distribuição dos participantes das ações do processo participativo e presença dos municípios



Plano Integrado de Divulgação, Comunicação e Intervenções de Mídia



Público-alvo

Multiplicadores, representantes dos segmentos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec), jornalistas, acadêmicos, lideranças comunitárias, população em geral



Comunicação de Riscos

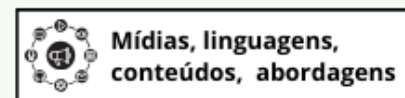
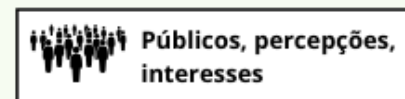
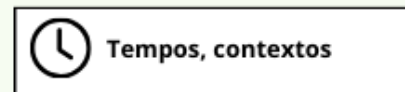
Intrainstitucional

Interinstitucional

Midiático

Direto Comunitário

Victor, 2010



COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Portal do projeto do Plano Nacional:
www.pndc.com.br

Mídias sociais das instituições parceiras

Canal no Youtube:
ComunicaPNDC

Podcast
Plano em Pauta

Vídeos, Reels,
TikTok, animações
webstories

Galeria de fotos

Notícias

Produção e
divulgação de
releases

Sensibilização de
jornalistas

Coletiva de
imprensa

Documentos
técnicos dos
produtos

Sumários
executivos

Mapas interativos

Fluxogramas

Oficinas

Encontros virtuais

Workshops
presenciais

Mesas-redondas

Proposta de Conteúdos Mínimos para Planos Estaduais e Municipais de Proteção e Defesa Civil

Síntese de **orientações** para o processo de planejamento e implementação de ações, programas e projetos voltados a Proteção e Defesa Civil

- Competências
- Responsabilidades
- Transversalidade das ações



Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil

Desenvolvido e coordenado pelo governo federal através da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Estabelece diretrizes, políticas e estratégias gerais para a gestão de desastres em todo o país. Ele define as responsabilidades dos diversos órgãos governamentais, setores da sociedade civil e outros atores envolvidos na gestão de desastres.



Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil

Desenvolvido e coordenado pelo governo estadual, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo plano nacional.

Detalha as estratégias, recursos, ações, metas e responsabilidades específicas das autoridades estaduais e das entidades locais dentro do estado para a gestão de riscos e de desastres. Pode incluir adaptações ou complementos às diretrizes e objetivos nacionais, de acordo com as necessidades locais.



Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil

Desenvolvido e coordenado pelo governo municipal, com colaboração das autoridades estaduais, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelos planos nacional e estadual.

Detalha os recursos, metas e ações específicas que serão tomadas a nível local para prevenir, mitigar, preparar-se, responder e recuperar-se em caso de desastres. Isso pode incluir planos de evacuação, gestão de abrigos, mobilização de recursos locais e coordenação com diferentes atores.



Proposta de Conteúdos Mínimos para Planos Estaduais e Municipais de Proteção e Defesa Civil

PLANO ESTADUAL E MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

VISÃO GERAL E OBJETIVO DO PLANO

Introdução
Público-alvo
Escopo
Diretrizes e Objetivo Principal
Definições Técnicas, conceitos e metodologia

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL


Fundamentação
Descrição do Est./Mun.
Estrutura da Defesa Civ.
Eixos de Atuação
Governança e Articulação

GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES

Cenário de Risco
Estrutura de Monitoramento e Gerenciamento de Desastre
Frente de Atuação

OBJETIVOS, METAS E INDICADORES

Objetivos, metas e indicadores
Relação com o Planos Nacional
Ações, Programas e Projetos
Fontes de Financiamento

The background features a complex, abstract pattern of thin, light blue lines. These lines are arranged in a way that creates a sense of depth and movement, resembling a stylized, multi-layered shape that could be interpreted as a letter or a decorative element. The lines are most dense in the center and become sparser towards the edges, creating a gradient effect.

***“O otimista é um tolo.
O pessimista, um chato.
Bom mesmo é ser um realista esperançoso”.***

Ariano Suassuna



Acesse o portal e as redes sociais da Defesa Civil e do MIDR



@defesacivilbr

@midregional



@midregional



defesacivilbra

midregional

<https://www.gov.br/mdr/pt-br>

<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil>



Defesa e Proteção Civil, somos todos nós!

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO